

RESENHA

OS AVANÇOS E LIMITES DA REVOLUÇÃO BOLIVARIANA

TIAGO SANTOS SALGADO*

[Livro: SEABRA, R. L. *A Via Venezuelana ao Socialismo*.
Curitiba: Editora CRV, 2014. 202p.]

Desde 1998, quando Hugo Chávez venceu as eleições presidenciais, a Venezuela vem sendo alvo de grande interesse por parte de acadêmicos das mais diversas áreas das Ciências Humanas. A “Revolução Bolivariana”, como ficaram conhecidas as políticas públicas colocadas em práticas pelo governo venezuelano, atrai simpatizantes e detratores que se dedicam a defender ou atacar o processo político que pretende instaurar o “socialismo do século XXI” na Venezuela.

Com o intuito de esclarecer as particularidades locais e as especificidades políticas, sociais e econômicas do processo político venezuelano, o sociólogo Raphael Lana Seabra publica “A Via Venezuelana ao Socialismo”,¹ obra em que se propõe mapear as

características marcantes da Venezuela atual, o que faz lançando uma questão polêmica: A Venezuela passa realmente por uma revolução? Para o autor, a resposta é positiva. No entanto, não se trata de uma revolução abrupta, violenta, mas sim de um processo de longa duração, em que se podem constatar períodos mais ou menos radicais, de avanços e retrocessos das forças revolucionárias que buscam consolidar sua hegemonia.

Como forma de sustentar tal tese Seabra realiza, nos dois primeiros capítulos, uma discussão teórica acerca do conceito. Partindo dos escritos de Marx e Engels, além dos ensinamentos de outros marxistas, como Trotsky e Gramsci, o autor busca demonstrar que a “democracia participativa” venezuelana permite “ao proletariado utilizar sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante”.² É importante resaltar a diferença apontada por Marx entre revolução política e social, uma vez que a revolução política “deixaria e pé os pilares da casa”, sendo uma revolução parcial. Para Marx, é imperativo uma revolução radical, uma ruptura com o sistema capitalista e o fim da propriedade privada. Ou seja, é necessário ultrapassar a revolução política para se chegar a emancipação humana.³

Nesse sentido, já é possível anteceder um traço marcante da obra: a recorrente citação de momentos históricos distintos (ora os soviets, ora a Comuna de Paris, entre outros) como forma de sustentar a argumentação do autor. Apesar da advertência de Seabra de que não se trata de transpor uma realidade histórica para outra, mas sim de buscar em pressupostos teóricos distintos explicações para o caso específico venezuelano, muitas vezes parece ao leitor que o autor tenta transpor características históricas do século XIX, ou início do século XX, para justificar as políticas públicas adotadas pelo governo venezuelano. Dessa

forma, corre-se o risco de se perder características próprias da realidade social local e conseqüentemente empobrecer a análise, que, em alguns momentos se assemelha a uma comparação entre diferentes momentos históricos.

Após as explicitações teóricas, a obra faz uma verdadeira viagem pela história venezuelana. De forma direta e didática, o autor demonstra como a Venezuela deixou de ser um país agrário para se transformar em um país essencialmente petroleiro e como a existência de grandes reservas de petróleo e a renda gerada por sua exploração impediram a diversificação da economia nacional. Esse traço fez com que se formasse uma oligarquia vinculada – direta ou indiretamente – ao setor primário exportador, que dependia da distribuição da renda petroleira pelo Estado, “gerando uma estrutura corporativa em torno deste, em associação estreita com diversos capitais estrangeiros, em especial provenientes dos Estados Unidos. Assim, tanto os interesses do capital estrangeiro, como da oligarquia se complementam no sentido da manutenção do sistema exportador existente, configurando o capitalismo dependente venezuelano”.⁴

Calcado em uma diversificada e significativa bibliografia, o autor apresenta uma série de gráficos e dados com o intuito de demonstrar como se desenvolveu o capitalismo na Venezuela, mostrando como a existência de uma economia atrelada ao capital estrangeiro gerou um novo “bloco de poder”⁵ no país, já que a exploração petroleira acrescentava novas contradições à sociedade venezuelana e, ao mesmo tempo, agravava as já existentes, uma vez que o impacto causado por essa exploração desarticulou as relações de poder existentes, que eram baseadas na propriedade latifundiária e na fragmentação política caudilhista, e ocasionou novas relações baseadas na propriedade comercial, bancária, imobiliária, extrativista petroleira e na crescente burocracia estatal.

É a partir desse arcabouço histórico e teórico que o autor explica o período que vai de 1958 até 1998, conhecido como *Pacto de Punto Fijo*, caracterizando-o como um “Estado de Compromisso” em que os partidos tradicionais na Venezuela – *Acción Democrática e Copei* – constituíram um equilíbrio entre consenso e coerção na condução hegemônica do país após 1958. A Venezuela não vivenciou ditaduras militares entre os anos de 1960 e 1970 como outros países latino-americanos, no entanto as condições internacionais dadas pela Guerra Fria e a influência da Revolução Cubana não eximiram o Estado venezuelano de seu caráter repressor, já que “demandava de meios não democráticos” (SEABRA(SB), p.57) para manter a nascente democracia.

É no contexto de democracia *puntofujista* que Seabra problematiza a nacionalização das reservas petrolíferas em 1976 como parte do plano de construção da *Gran Venezuela*, proposto pelo então presidente Carlos Andrés Pérez (1974-1979). O primeiro mandato de Pérez coincidiu com a alta dos preços petrolíferos no mercado internacional, tornando o momento propício para a adoção de um plano econômico que tinha como base o aumento dos gastos públicos e o investimento em grandes obras de infraestrutura. Diferentemente do que se poderia supor em um primeiro momento, a nacionalização do petróleo na Venezuela não representou uma ruptura com o capital estrangeiro, muito menos uma tentativa de construir um modelo de desenvolvimento autônomo, pelo contrário. Raphael Lana Seabra demonstra de forma contundente como a nacionalização e a criação da Petroleos de Venezuela S.A (PDVSA) representaram, na realidade, o surgimento de empresas mistas, um “modelo corporativo básico da nova associação econômica que se estabelece ao redor do negócio petrolífero entre o Estado, as multinacionais e o capital privado nacional”(SB, p.64).

Como empresas mistas, as multinacionais mantiveram o controle da parte mais rentável do processo, a comercialização do petróleo. Cabia

à nova estatal garantir o funcionamento da infraestrutura física dos poços, portos e equipamentos, sustentando assim a estrutura dependente do capitalismo venezuelano, uma vez que o Estado era e é o responsável por distribuir entre as frações burguesas a renda petroleira. Foi com base nessa política que o governo tentava colocar em prática a *Gran Venezuela*: de um lado aumentava a entrada de renda petroleira e de outro contraía empréstimos em instituições financeiras internacionais. Esse endividamento ocorreu dentro de marcos favoráveis ao sistema financeiro internacional, o que, com a queda dos preços do petróleo na década de 1980, levou o país a uma crise sem precedentes.

É nesse contexto que o autor explica a criação da base material e ideológica para o avanço do neoliberalismo no país, quando a diminuição da renda petroleira e sua incapacidade para contribuir com a acumulação e a distribuição desataram na década de 1980 uma ofensiva ideológica e política que aprofundou o discurso neoliberal. Nesse ambiente, Carlos Andrés Pérez foi eleito para seu segundo mandato (1989-1993), e instaurou um novo plano, conhecido como *Gran Viraje*, além de assinar uma carta de intenções com o FMI e o Banco Mundial, aceitando que estes “se convertessem numa espécie de parâmetros ou condições objetivas que se dão como irremovíveis e que definem as novas condições a partir das quais há que pensar o país”(SB, p.73).

Um dos compromissos do governo seria a adoção de uma agenda que restringia o gasto público e degradava as condições de vida dos venezuelanos com base na desvalorização da moeda, na diminuição dos salários, no aumento da gasolina e das passagens dos transportes públicos, além da abertura econômica com base neoliberal, o que levou a mecanismos de flexibilização e intensificação do trabalho e à redução do emprego. A crise econômica, juntamente com a adoção da agenda neoliberal, acabou por evidenciar o fim da hegemonia *puntofujista*, que se materializou com a insurreição popular conhecida como *Caracazo* em

1989, quando a repressão estatal vitimou centenas de venezuelanos. Em 1992, um grupo de militares de baixa e média patentes – liderados por Hugo Chávez – tentaram um golpe militar e, em 1993, acusado de corrupção, o então presidente Carlos Andrés Perez foi deposto do cargo.

No entendimento do autor, foi a crise hegemônica do *Pacto de Punto Fijo* que permitiu a vitória eleitoral de Hugo Chávez para presidente da República em 1998, já que representava uma nova alternativa aos partidos políticos tradicionais que haviam levado o país à falência. A partir desse momento, Seabra realiza um mapeamento das principais características da revolução bolivariana, considerando que esta deve ser entendida levando em consideração as condições materiais venezuelanas, ou seja, como uma “Revolução Possível”. Para o autor, a eleição de Chávez em 1998 dá voz a atores antes esquecidos e criminalizados, como os movimentos sociais que apoiam o atual governo.

Nesse sentido, as leis habilitantes propostas por Chávez em 2001, que levaram ao acirramento por parte da oposição e ao golpe em 2002, são consideradas pelo autor como uma tentativa de realizar uma revolução social na Venezuela (SB, p.103). É esse o tom adotado na obra a partir desse momento, em que se tenta demonstrar que o processo político venezuelano é, de fato, um processo revolucionário cujo objetivo é construir uma sociedade socialista. No entanto, em 2001 as leis habilitantes se mostravam mais como uma tentativa de reforma política e econômica do que uma tentativa de radicalizar um processo revolucionário.⁶

O autor também se propõe a analisar e explicar a dinâmica dos movimentos sociais venezuelanos e como estes estão inseridos na construção da *democracia participativa e no socialismo do século XXI*. Novamente respaldado em uma vasta bibliografia e em entrevistas com militantes e intelectuais venezuelanos, Raphael Lana Seabra traça os pontos mais importantes das formas de participação direta na Venezuela,

tais como os “Círculos Bolivarianos”, as “Comunas Bolivarianas” e os “Conselhos Locais de Planificação Públicas”. Também são trabalhados os programas sociais venezuelanos, em especial as “Missões”, que tem como finalidade levar serviços básicos a regiões carentes do país.

A preocupação do autor em deixar evidente a correlação de forças no país é marcante. Tanto as divergências dentro da base chavista como dentro das frações da classe burguesa opositora são apontadas e lembradas a todo o momento na obra, pois esta é uma especificidade clara venezuelana, uma vez que existem diversas centrais patronais e sindicais no país. Esse traço fica ainda mais visível com a criação do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) em 2007, como tentativa de aglutinar a base do governo e aumentar a preparação ideológica dos militantes. No entanto, alguns partidos e movimentos sociais não aceitaram a unificação, o que levou a uma segregação das forças apoiadoras do governo e o conseqüente enfraquecimento do modelo participativo proposto.

A obra também aborda de forma categórica as conquistas do governo venezuelano nos últimos anos, em especial no que se refere à redução dos níveis de pobreza no país. Segundo o autor, as “Missões” foram as principais responsáveis pelas conquistas sociais do período. Também é explorado de forma bastante abrangente a política externa adotada no país após a eleição de Hugo Chávez, apontando uma mudança estratégica nas relações internacionais venezuelanas, que passa a dar mais atenção aos países da América Latina, como Equador, Bolívia e Argentina, e também a países como China e Rússia. Essa mudança acontece não apenas em função da afinidade ideológica entre os governos, mas também como forma de reduzir a dependência americana a qual a economia nacional está sujeita.

O último capítulo da obra, intitulado *A Revolução Bolivariana: a transição e o socialismo como problemas* tenta apontar as debilidades do

processo político venezuelano, entre elas: a tentativa de instaurar o socialismo por meio de decretos, como se o mesmo fosse apenas uma questão jurídica; o centralismo político de Chávez; a natureza meramente política da revolução bolivariana; a desmobilização social causada pelo excesso de controle estatal; e a incorporação de frações da burguesia à máquina do Estado, o que novamente manteria o modelo capitalista dependente venezuelano, uma vez que o Estado não rompe com a função de operar a transferência de recursos para capitais privados.

É possível perceber uma teorização bastante consistente na argumentação do autor, que faz uso de uma ampla biografia, além de documentos oficiais, para demonstrar quais são as intenções das diversas instâncias propostas pelo governo venezuelano que levaria o país ao socialismo do século XXI. No entanto, falta comprovação prática de que mudanças no sentido proposto estão ocorrendo de fato. É necessário apontar que, como se trata de um processo ainda em andamento e que tinha como personagem central o ex-presidente Hugo Chávez, falecido em 2013, a proposta de se analisar a “Revolução Bolivariana” se torna ainda mais complexa, em especial após a morte de Chávez, que trouxe novos desafios à Venezuela, que são apontado de maneira tímida nas últimas páginas do livro, o que talvez pudesse ter sido mais aprofundado na obra.

Em se tratando de um país extremamente polarizado politicamente, que se colocou como ponta de lança na proposta de uma agenda alternativa ao neoliberalismo e que sofre constante ataque por parte da grande mídia brasileira, a obra de Raphael Lana Seabra, em que pesem os aspectos apontados, se coloca como leitura obrigatória para quem tem a intenção de entender de forma mais completa o que aconteceu e acontece na Venezuela Bolivariana.

Notas

* Doutorando pela PUC-SP. Título da dissertação: **A Folha de S.Paulo e o governo Hugo Chávez**. Orientadora: Profa. Dra. Vera Lucia Vieira E-mail: tiago_salgado1986@hotmail.com

¹ Versão modificada da tese de doutorado defendida pelo autor em 2012 no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

² MARX apud SEABRA, R. L. **A via venezuelana ao Socialismo**. Curitiba: Editora CRV, 2014, p. 34.

³ MARS, K. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

⁴ *ibid.*, p. 39.

⁵ O autor justifica o uso do conceito uma vez que “indica a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe dominante em sua relação com a forma particular de Estado Capitalista”. POULANTZAS, apud SEABRA, R. L. **A via venezuelana ao Socialismo**. Curitiba: Editora CRV, 2014, p. 47.

⁶ Para maiores informações sobre as Leis Habilitantes adotadas por Chávez em 2001 e suas consequências consultar: SALGADO, T. S. **A Folha de S.Paulo e o governo Hugo Chávez**. Mestrado, PUC-SP, São Paulo, Brasil, 2013.

Data de envio: 27/09/2014

Data de aceite: 19/10/2014